

# O MUSEU DAS MEMÓRIAS E DO PATRIMÔNIO POPULAR DE CHATILA, LÍBANO: O LUGAR PALESTINO DO ENCONTRO

## *THE MUSEUM OF MEMORIES AND POPULAR HERITAGE OF CHATILA, LEBANON: THE PALESTINIAN PLACE OF ENCOUNTER*

Renata Nascimento Y Mansour<sup>i</sup>

Maria Amélia G. Souza Reis<sup>ii</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa, em caráter preliminar de pesquisa de doutorado, os aspectos educativos observados no Museu das Memórias e do Patrimônio Popular (متحف الذكريات والتراث الشعبي), em Chatila, campo de refugiados palestinos, localizado na cidade de Beirute, no Líbano, massacrado pelas falanges cristãs libanesas em comunhão com as forças israelenses, em 1982. Focalizamos o modo pelo qual o museu, por meio do conjunto de sentimentos e emoções traduzidos em relação aos objetos de memória recolhidos e expostos pelos refugiados, realiza seus processos educativos de dinamização e agenciamento. Esses objetos tornam-se patrimônios capazes de garantir a permanência no tempo de referências de memória de povos destituídos e espoliados de seus direitos fundamentais. Por intermédio de problemáticas de ordem global, faz-se emergir metodologias educativas em museus sob o prisma universal da justiça e da ética nos direitos humanos, em diálogo com as políticas culturais e conjunturais mundiais, capazes de construir consciências identitárias em processos de patrimonialização democráticos, participativos e emancipatórios. Observa-se, a partir da análise crítica do discurso, por meio de pesquisa exploratória qualitativa com revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, o sentido educativo contido na criação do Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila e na sua (im)permanência. Busca-se ampliar os vínculos entre patrimônio, museu, arte e educação presentificados em projetos civilizatórios voltados à formação e promoção da cidadania, dos direitos sociais, humanos e culturais e de substanciar o desenvolvimento de museologias inclusivas e comprometidas com a ética e a transformação social.

**Palavras-chave:** Museu, Museologia, Patrimônio palestino, Museu de Chatila, Direitos humanos.

**Abstract:** *This work analyzes, as a preliminary part of doctoral research, the educational aspects observed at the Museum of Popular Memories and Heritage (متحف الذكريات والتراث الشعبي), in Shatila, a Palestinian refugee camp located in the city of Beirut, Lebanon, where a massacre was perpetrated by the Lebanese Christian Phalanxes in communion with Israeli forces in 1982. Focus is on the way in which the museum, through the set of feelings and emotions translated in relation to the objects of memory collected and exhibited by the refugees, carries out its educational processes of dynamization and agency. These objects are designated as heritage sites capable of guaranteeing the permanence over time of references to the memory of peoples deprived and robbed of their fundamental rights. The aim is to foster, through global issues, educational methodologies in museums under the universal principles of justice and ethics in human rights, in dialogue with global cultural and current policies, capable of building identity awareness in democratic, participatory, and emancipatory heritage processes. Through critical discourse analysis, qualitative exploratory research with a literature review, and semi-structured interviews, we investigate the educational significance involved in the creation of the Museum of Memories and Popular Heritage of Shatila and its (im)permanence. We aim to expand the links between heritage, museum, art, and education, embodied in civilizing projects aimed at the formation and promotion of citizenship, social, human, and cultural rights, and to support the development of inclusive museologies committed to ethics and social transformation.*

**Keywords:** *Museum, Museology, Palestinian Heritage, Shatila Museum, Human Rights.*

## 1. INTRODUÇÃO

Costurar os retalhos de uma tragédia em campo minado por lembranças que sustentam a dignidade de um povo em suas experiências históricas de luta pela sobrevivência é o suporte objetivo deste trabalho científico que alia museologia, patrimônio, arte e educação. Trata-se de trazer à tona metodologias capazes de formar consciências identitárias com base em processos educativos emancipatórios, que tomam por base o patrimônio presente no Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila, campo de refugiados palestinos (Beirute/Líbano), massacrado barbaramente pelas falanges cristãs libanesas em comunhão com as forças israelenses, em 1982.

Empenhamo-nos em destacar aspectos relevantes observados nesse museu em construção da tragédia palestina, o conjunto de sentimentos e emoções traduzidas em relação aos objetos de memória expostos pelos refugiados, a luta pela produção de saberes etnoculturais interdisciplinares que se articulam a conflitos políticos presentes em meio a um processo civilizatório comum em outras partes do mundo.

A investigação proposta se dá por meio de pesquisa exploratória qualitativa com revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Vamos observar as intervenções e formas pelas

quais este museu atua na reconstrução da memória dos modos de vida individuais e coletivos do povo palestino, após ser desapropriado violentamente de suas terras. Sua biografia vem sendo alterada por discursos que transformam sua resistência em terrorismo e seus agressores em democratas e vítimas inquestionáveis da história a quem, por esse motivo, estaria reservado o “direito de defesa” extremamente violento.

Sabemos que a noção de patrimônio não é desprendida de interesses diversos e que, por esse motivo, não são reveladas verdades incontestáveis ou únicas. Trata-se de evidenciar conhecimentos ressignificados em consensos e desacordos; de considerar questões sobre direitos diferenciados e políticas de reconhecimento, memória e esquecimento; de produzir novas sensibilidades; além de rever antigas formas de exclusão e extermínio.

A escolha de determinados bens culturais como representativos de um grupo social é sempre uma operação política, capaz de evidenciar um campo de conflito material e simbólico na constituição da memória coletiva. Considera-se que os relatos históricos são produtos discursivos, elaborados e organizados a partir das intenções variadas daquele que se coloca na posição do historiador.

Em atenção a isso e assumindo o compromisso dos museus com a implementação de práticas pedagógicas transformadoras, emancipatórias, estruturantes e descoloniais, que ganharam força na década de 1970, com as proposições da Museologia Social (Icom, 1972), e em consonância com os preceitos inscritos no Código de Ética para Museus (Icom, 2006), nossa pesquisa pretende ampliar as referências metodológicas de práticas educativas que envolvam discussões sobre ética em museus numa perspectiva global.

Sendo assim, esta investigação objetiva analisar metodologias educativas em museus, com ênfase no seu aspecto político e comunicativo, numa perspectiva intercultural que saliente a importância da participação social diversa e que busque favorecer a interação e o compartilhamento de experiências entre os visitantes na sociabilidade da visita. Desse modo, a sociedade, em seu caráter múltiplo, terá o direito de usufruir, criar e ressignificar o patrimônio que a ela pertence.

A presente análise, portanto, dedica-se a indagar sobre sensibilidades, éticas e comportamentos, utilizando reflexões e metodologias oriundas da museologia e do patrimônio, em diálogo com a educação, a arte e as neurociências e articulados pela Teoria Crítica do Discurso. Desse modo, nos encaminha para a construção e para a afirmação de direitos, como um “ato de libertação [...] um ato descolonial [...] que responde eticamente a todos os

envolvidos nessa trama, os envolve, os “emacumba” (encanta), os cruza e os lança a outros caminhos enquanto possibilidades para o tratamento da tragédia chamada colonialismo” (Rufino, 2019, p. 75).

Busca-se, com isso, aproximar saberes, metodologias, contradições e coincidências, inseridas nas relações de facilitação e aquisição de conhecimento que precisam ser negociadas para as tomadas de decisão teórico-práticas dirigidas ao transbordamento de expressões, desejos, interpretações, identidades individuais e coletivas e suas estratégias de resistência e de luta. Essas, consagradamente, rompem os ordenamentos políticos historicamente hegemônicos em busca de qualidade de vida e cidadania para todas as pessoas.

## 2. O outro lado da história. o contexto de criação do museu das memórias e do patrimônio popular de Chatila

*Quem vai guardar nossos costumes contra a grita do metal?...Trouxemos-lhes a civilização [...]. O estrangeiro diz palavras estranhas e cava na terra um fosso para nele enterrar o céu. O estrangeiro diz palavras estranhas e caça nossas crianças e as borboletas.*

Mahmud Darwish<sup>1</sup>

O Império Otomano dominou o chamado Oriente Médio (Síria, Líbano, Palestina, Jordânia, Iraque e Egito) de 1453 a 1918, e deixou sua marca duradoura, até ser repartido em “zonas de influência” (Massoulié, 1994, p. 18) de ingleses e franceses, principalmente, como desdobramento dos processos imperialistas e colonialistas que determinam ainda hoje as fronteiras dessa região.

A partir do século XIX, o sistema administrativo da Palestina passou a ser estabelecido pelo governo mandatário da Grã-Bretanha<sup>2</sup>. Com o surgimento dos movimentos nacionalistas árabes no início do século XX, Líbano, Síria, Jordânia, Iraque e Egito alcançaram autonomia administrativa, embora com grande sujeição ao controle colonial.

Na Palestina o processo de independência ocorreu de forma distinta.

<sup>1</sup> “Onze astros” (Mahmud Darwish, 2021, p. 54-55).

<sup>2</sup> De acordo com os termos dos mandatos, formalmente concedidos pela Liga das Nações em 1922, a Grã-Bretanha seria responsável pelo Iraque, Jordânia, Egito e Palestina, e a França pela Síria e pelo Líbano. (Hourani, 1994, p. 325)

A partir da década de 1880, ainda sob protetorado inglês, tem início o processo de aquisição de terra e o progressivo movimento migratório de um novo tipo de judeu para a Palestina: o judeu europeu, principalmente da Europa Central e Oriental, “com uma nova visão de uma nação judia restaurada com raízes na terra” (Hourani, 1994, p. 295).

Em 1897, essa ambição é manifestada na resolução do primeiro Congresso Sionista, que postula a criação para o povo judeu de um lar na Palestina, assegurado por lei pública. Apesar da oposição do governo otomano e da progressiva inquietação entre a população árabe local, em 1914 a população judia da Palestina tinha aumentado para aproximadamente 85 mil, ou 12% do total.

Segundo Hourani,

Cerca de um quarto deles assentara-se na terra, parte dela comprada por um fundo nacional e declarada propriedade inalienável do povo judeu, em que não se podiam empregar não-judeus. Alguns viviam em assentamentos agrícolas de um novo tipo (o *kibutz*), com controle coletivo da produção e vida comunal (Hourani, 1994, p. 295)

O sionismo tem sua origem no nacionalismo judeu europeu. Sua formulação ideológica é ocidental, colonialista, laica e se caracteriza como “sistema prático de *acúmulo* (de poder, terras, legitimidade ideológica) e *deslocamento* (de pessoas, outras ideias, legitimidade prévia)” (Said, 2012, p. 64, grifos do autor).

Após a Segunda Guerra Mundial, sob o trauma dos judeus assassinados em massa e perseguidos pelos nazistas, a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), sob aprovação da resolução 181, de 29 de novembro de 1947, ordenou, sem consultar os palestinos oriundos das mais variadas identidades culturais que ali viviam e tinham suas raízes fincadas há cerca de 4 mil anos (Masalha, 2023), a partilha do território palestino, mediante expulsão de seus habitantes, para a criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948.

Segundo o jornalista Amnom Kapeliouk (1983) e o professor Ilan Pappé (2016), o deslocamento forçado ocorreu de forma violenta, sob massacre da população civil e acoplada ao início do projeto de apagamento da memória coletiva palestina, que começou a ocorrer antes mesmo de sancionada a resolução 181 da ONU, em 1948. A violência das ações para a expropriação dos palestinos por meio da anulação formal das fronteiras anteriormente demarcadas para ocupação de judeus europeus, tinha como resposta a resistência, característica que constitui um importante traço da identidade palestina (Said, 2012). No entanto, a brutalidade era justificada pela superficialidade do discurso: “a culpa era dos palestinos”.

Cerca de 800 mil palestinos foram despojados de suas terras entre 1947 e 1948<sup>3</sup>; outros milhares foram presos ou mortos, episódio que imediatamente impactou a região.

**Imagem 1:** mapa da partilha da Palestina.



Fonte: Hourani, 1994, p.363.

Por esse motivo, muitos palestinos encontram-se refugiados no Líbano e em países vizinhos, distribuídos em diversos acampamentos, dentre eles os de Sabra e Chatila, criados em 1949, e localizados, lado a lado, na periferia de Beirute.

Nesse contexto, importa focalizarmos um fato histórico mais recente: a década de 1970, que marca o início da guerra civil libanesa, de 1975 até 1990, e a invasão do Líbano por Israel em 1978 com cerca de 20.000 soldados (Pericás; Coggiola, 2024).

Em 18 de setembro de 1982, o mundo recebeu estupefato a notícia de que um massacre havia sido cometido nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila.

A parte ocidental da cidade de Beirute estava completamente tomada pelas forças do exército israelense havia 3 dias. Era a primeira vez que Israel conquistava uma capital árabe. Os

<sup>3</sup> Segundo Ilan Pappé, em março de 1948, líderes sionistas e oficiais conferiram os últimos ajustes “a um plano de limpeza étnica da Palestina [...] para que se preparassem à expulsão sistemática dos palestinos de vastas regiões do país” (Pappé, 2006/2016, p. 14). As determinações traziam em detalhe os métodos a serem empregados: “intimidação em grande escala; sitiá-lo e bombardear vilarejos e centros populacionais; atear fogo a casas, propriedades e bens; expulsar; demolir; e, finalmente, depositar minas entre os escombros para impedir o retorno de qualquer um dos habitantes expulsos.” (Pappé, 2004, p. 14). Como resultado imediato: mais da metade da população nativa palestina foi desalojada, cerca de 800 mil pessoas, e 531 vilarejos foram destruídos (Pappé, 2006/2016).

pontos estratégicos sob controle incluíam os acampamentos de refugiados de Sabra e Chatila, que ficaram cercados e bloqueados para facilitar a “limpeza” de supostos “terroristas” (Kapeliouk, 1983).

Segundo o jornalista israelense Amnon Kapeliouk, na manhã do dia 16 de setembro, os moradores foram despertados pelos estrondos dos voos rasantes dos aviões israelenses e pelas explosões de granadas. Às 17 horas começou a matança.

Kapeliouk (1983) relata que as Forças de Defesa de Israel em planejamento conjunto com as tropas do partido falangista cristão libanês (KATAËB) apoiaram e observaram estrategicamente o morticínio dos civis cometido por cerca de 1.500 falangistas.

Entre 3.000 e 3.500 homens, mulheres e crianças, de um total de aproximadamente 20.000 residentes nos campos, foram assassinados durante cerca de 40 horas ininterruptas de horror. Um quarto dessa população era de libaneses (Kapeliouk, 1983).

Em 2016, por ocasião de um congresso sobre a influência da cultura árabe na América Latina, na Universidade USEK, na cidade de Kaslik, localizada a cerca de 20 km de Beirute, realizei visita de estudo aos acampamentos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, guiada pelo sociólogo e professor palestino Dr. Mahmoud El Ali, da Universidade do Líbano e acompanhada por pesquisadores brasileiros, libaneses e de outras nacionalidades.

Tivemos a oportunidade, então, de conhecer brevemente iniciativas de educação realizadas no Museu das Memórias e do Patrimônio Popular, no campo de Chatila, idealizado pelo médico palestino da saúde pública, Dr. Muhammad Al-Khatib, desde 2004. Elas foram organizadas por ele e outros sobreviventes ao massacre de Sabra e Chatila, como ato político de resistência, preservação e divulgação da memória palestina.

A experiência sensível representada pela visita ao Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila e a busca pelo entendimento sobre as origens de um conflito que se repete em outros lugares, sob novas estratégias, nos leva de volta a Beirute em setembro de 2023. Isso ocorreu no doutorado, para uma investigação mais apurada, sobre o Museu, seu patrimônio, suas formas de intervenção para a transformação social e apontamentos para outras situações societárias, culturais e políticas que afetam os modos de ser e de viver no mundo.

Muhammad Issa Al-Khatib nasceu em 1947 em Al Khalisa (الخالصة), aldeia localizada no distrito de Safad (صفد), norte da Palestina. Em 10 de maio de 1948, antes mesmo da partilha oficializada pela ONU, a população foi expulsa sob violência e a vila, completamente destruída.

Dr. Khatib foi levado ainda bebê, entre 5 e 9 meses de vida, nos braços de sua mãe, para a fronteira do Líbano com a Palestina, a 8 km de Al Khalisa. Sua família encontrou abrigo num dos acampamentos palestinos ali localizados, onde passou a viver em tendas durante um período de 4 a 5 anos, na esperança de retornar para a cidade de origem, que poderia ser vista a olho nu, mas para a qual eram impedidos de regressar. Al Khalisa foi transformada em Qiryat Shmona, nome hebraico, em 1949.

Em 1954, seu pai foi assassinado num dos episódios de morticínio subsequentes. Sua família partiu, então, para Nabatiyeh (النبطية), já bem mais distante, cerca de 430 km de sua cidade natal, onde permaneceu por 20 anos antes de chegar a Chatila, em 1979.

Dr. Khatib formou-se como médico generalista (General Phisician) na Espanha e trabalhou no Hospital Akka, nos arredores de Chatila, e também na agência de suporte humanitário da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino (Palestinian Red Crescent Society – PRCS), também no campo de Chatila.

Conseguiu escapar do massacre quando os falangistas invadiram o hospital onde trabalhava e depois fingiu-se de morto, em meio aos milhares de cadáveres espalhados pelos acampamentos, para não ser assassinado.

Em dezembro de 2004, Dr. Khatib resolveu criar o Museu da Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila – o lugar palestino do encontro, aberto em 2005, como estratégia educativa para contar a verdade, o outro lado da história aos estrangeiros, aos locais, a qualquer pessoa interessada em ouvir, disse-nos ele, sob a indignação de ver a cultura árabe palestina mostrada, renomeada e vinculada aos israelenses.

Em suas palavras: “Se estes objetos vieram da Palestina, como pode a Palestina ter sido uma terra vazia para um povo sem-terra? Se eles precisaram expulsar as pessoas, a terra não estava vazia... Contra quem eles lutam, afinal?”.



**Imagem 2-** Museu das Memórias e do Patrimônio Popular, Chatila, 2023. Sentados: Professora Dra. Maria Amelia Reis, Dr. Mohamad Khatib e Professor Dr. Mahmud El Ali. Em pé: Professora Geni Harb e Professora Ms. Renata Mansour.



Fonte: Foto do acervo particular das autoras.

**Imagem 3-** O Museu das Memórias e do Patrimônio Popular é, também, lugar de encontro para o jogo de xadrez. Chatila, 2016.



Foto: Renata Mansour



**Imagem 4-Chatila, 2016**

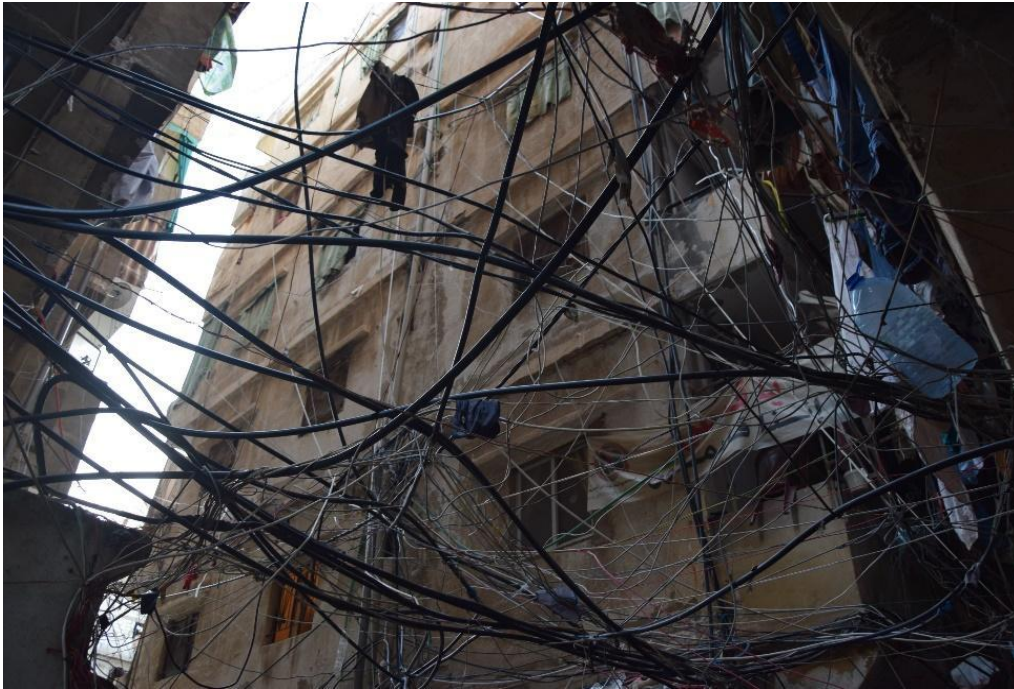


Foto: Renata Mansour

**Imagem 5- Chatila, 2023**



Foto: Renata Mansour

**Imagem 6** - Museu de Chatila, 2023



Foto: Renata Mansour

**Imagem 7**-Museu de Chatila, 2023.



Foto: Renata Mansour



**Imagem 8** - Museu de Chatila, 2023.



Foto: Renata Mansour

### 3. Memória para o não esquecimento : para que serve um patrimônio?

*“Pois qual o valor do patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”*

Walter Benjamin<sup>4</sup>

As reflexões aqui apresentadas recaem sobre processos de construção de identidades passíveis de se efetivarem a partir de metodologias educativas críticas utilizadas no Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila, como exemplar para compreensão das políticas internacionais de fabricação de povos subalternizados presentes no projeto civilizatório ainda colonial que habita o mundo contemporâneo.

Sabemos dos avanços hodiernos no que diz respeito a direitos culturais. Um conjunto de normas nacionais e internacionais, dirigido à cultura e à educação, orientado para a

---

<sup>4</sup> “Experiência e Pobreza” (Benjamin, 1933, p. 124).

construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, foi produzido nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1980. A luta dos movimentos sociais repercutiu de forma efetiva para a criação e a equiparação de oportunidades com o intuito de assegurar a todos o direito de construir sua identidade, de participar e intervir na construção de identidades coletivas e, assim, garantir a cidadania, os direitos sociais e, ainda, contribuir para a organização de políticas culturais de patrimônio, difusão, fomento e inclusão da diversidade como patrimônio comum da humanidade.

Embora tenhamos o reconhecimento mundial de que todas as pessoas têm o direito a participar da vida cultural de forma livre e igualitária, com autonomia e protagonismo, é perceptível a ascensão de ideais e práticas fascistas ao nível global e o recrudescimento de políticas de exclusão e extermínio em massa de populações subalternizadas, sob retóricas que falsamente se apresentam como democráticas. Tal fato vem estimulando e, até mesmo, permitindo a ocorrência de novos holocaustos<sup>5</sup>, genocídios, concomitantes a silenciamentos e despolitizações.

Simultaneamente, grupos hegemônicos vêm estimulando o uso político e ideológico da memória de vítimas de genocídios, o que permite que sua dor e sofrimento sejam instrumentalizados e reorganizados numa “barbárie pedagocida” (Cortella, 2019, 4ª capa), que recorre de modo disfarçado ao viés técnico e acolhe, sob uma “nebulosa intenção libertadora [...] a brutalidade na convivência e a perversidade como retórica furiosa, que, na ausência de argumentos consistentes, orquestra a atemorização” (Idem).

Sob narrativas míticas, superficiais e supremacistas, essas associações procuram, por fim, estrangular as divergências e contraposições inerentes ao território democrático, servindo aos interesses materiais dos capitalistas para a recriação de projetos civilizatórios neoliberais de aniquilação violenta dos indesejáveis (Ferreira; Secco, 2024).

---

<sup>5</sup> O sentido da palavra holocausto utilizado neste trabalho remete à sua origem grega “holos”, completo, inteiro e “Kaustikós”, que queima, que carboniza os tecidos orgânicos. Ao longo do tempo a palavra ganhou novas acepções: esteve associada à “imolação”<sup>a</sup>, “sacrifício”<sup>b</sup>; entre os antigos hebreus, significou o sacrifício em que se queimavam inteiramente as vítimas; englobou o significado de “abstração da vontade própria para satisfazer a de outrem” e, no sentido restrito, foi amplamente relacionada à “execução em massa de judeus e/ou outras minorias perseguidas, como ciganos, homossexuais, etc., durante o nazismo”<sup>c</sup>.

<sup>a</sup> (Dicionário Grego-Português e Português-Grego. Pereira Isidro, S.J., p. 150. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1951).

<sup>b</sup> (Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Antenor Nascentes, 1932, Rio de Janeiro: Francisco Alves, Livraria Machado, Livraria J. Leite, Livraria Briguiet, A Indústria do Livro, p. 412).

<sup>c</sup> (Dicionário Aurélio Séc. XXI, p. 1057, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

Em vista disso, o estudo sobre o Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila busca servir de parâmetro para a observação de formulações político-civilizatórias de caráter colonialista muito presentes no Brasil e no mundo, originadas na presunção de superioridade de determinados grupos sobre outros (Krenak, 2020) e cuja conformação, sobreposta pelas relações de classe, raça e gênero (Falquet, 2008), prossegue alastrando desigualdades e espoliações violentas.

Trata-se, portanto, de emancipar a memória e as narrativas soterradas daqueles que “jazeram por terra” (Benjamin, Tese VII, 2010) massacrados e destituídos de seus direitos fundamentais numa história de exclusão social colonialista das mais terríveis. Além disso, pretende-se denunciar, por meio dos museus e seus patrimônios, intenções de manutenção de poder e “apropriação de legitimidades contestáveis” (Guisan, 2022, p. 16).

Vamos enfatizar a elaboração do discurso pedagógico da Museologia, compreendido como campo de estudo interdisciplinar, e procurar compreender o processo de construção de identidades favorecido por metodologias educativas interculturais a partir dos museus, bem como seus conflitos com outros procedimentos análogos que se dão fora deles. Destaca-se a necessidade de se criarem condições para a aceitação social da diversidade especialmente para o papel da instituição museu na construção e reorganização de novas composições sociais.

Evidenciamos, assim, a necessidade da práxis, como *modus vivendi* de articulação íntima entre a teoria, aquilo que se constrói em pensamento/ação, e a prática como forma de agir no mundo, que se faz no ato permanente de ação-reflexão para compreensão e superação das contradições sociais (Agostini, 2019, p. 13).

A pesquisa está amparada pela noção semântica de educação ligada à sua origem etimológica latina<sup>6</sup>, cuja forma “e-duco” nos leva ao significado literal “conduzir para fora”, “ação de fazer sair”, ou seja, conduzir uma pessoa a desvelar o que nela pré-existe.

Está relacionada, também, à perspectiva de formação do “eu” como sujeito e conhecedor, autobiográfico (Damásio, 2010), aquele que engloba as dimensões sociais e espirituais, capaz de interpretar e de constituir a sua identidade a partir das relações comunicativas, que abre o caminho à expressão das insatisfações sociais e possibilitará ao indivíduo firmar-se no processo histórico como sujeito, que evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação (Freire, 1970).

---

<sup>6</sup> Dicionário Latino-Português de Francisco Torrinha, 1945, p. 278. Maranus.

Esses sentidos vinculam-se, ainda, à compreensão de educação como um fenômeno coletivo, da ordem da cultura, indissociável de qualquer sociedade humana que alcança algum grau de desenvolvimento, e ao caráter inseparável entre educação e patrimônio (Chagas, 2006).

Acrescentamos a esse entendimento o conceito ampliado de patrimônio apresentado, também, por Mário Chagas (2015b) que enfatiza sua dimensão relacional, afetiva e comprometida com a redução das desigualdades sociais. O poeta/museólogo fala-nos da ideia de patrimônio que se constitui coletivamente, numa perspectiva sincrônica, que está enraizada na experiência da tristeza, da dor, do sofrimento e da morte, experiência que se prolonga e reincide “no cotidiano das favelas e dos bairros populares do Brasil e do mundo” (Chagas, 2015b, p. 187) para se estabelecer afetuosa e plural a partir do desejo de conviver: “o dia a dia, o cotidiano, as pessoas, são patrimônios muito especiais” (Chagas, 2015b, p. 190).

Essa dimensão do conceito de patrimônio está intimamente ligada ao sentido de inclusão que norteia esta investigação: “o desejo de coexistência, e não o aumento da supressão ou da denegação de direitos humanos” ( Said, 2007, p. 20). Está, também, associada ao projeto humanístico da sociedade plurirracial democrática proposta por Abdias Nascimento que, a partir da estrutura coletivista da tradição africana de organização da sociedade, numa atualização crítica e revolucionária dos valores especificamente seus, integrados a valores de outras origens, mantém-se “aberta a todos os eventos e expressões da existência humana, livre de exploradores e explorados, [...] opressores e oprimidos de qualquer raça ou cor epidérmica” (Nascimento, 2016, p. 170).

Assim, enveredando pelos caminhos espinhosos das verdades sempre provisórias em auxílio à superação das necessidades imediatas, a análise recai sobre as ações educativas que ocorrem no Museu das Memórias de Chatila e o que delas submerge como parte de um projeto civilizatório mais amplo, sintetizado no colapso político, econômico, ambiental, social, racial, ético e humanitário, evidenciado, atualmente, pelo genocídio e pela destruição que ocorre em Gaza.



## 4. Para onde a educação nos museus pode / deve nos levar?

Além da limpeza étnica<sup>7</sup> da população palestina de seu território, sua identidade originária, seu passado multicultural, seu patrimônio, seus conhecimentos, que antecedem em muito o surgimento de um movimento nacional palestino ou o colonialismo sionista (Masalha, 2023), também são alvo da destruição colonizadora.

Neste processo de eliminação e extermínio, desenraizar a memória e impedir que as referências culturais “sobrevivam e floresçam” (Saif, 2024, p. 14) tornam-se parte importante do projeto de dominação. Os procedimentos utilizados para desalojar a população palestina ultrapassam demasiadamente as lógicas de guerra anteriores e se convertem num grande desafio até mesmo para as políticas internacionais de preservação de patrimônios comuns para a humanidade.<sup>8</sup>

Entramos, assim, no campo minado da identificação das histórias de resistência e luta do povo palestino a partir da recuperação de suas memórias usurpadas (O L P , sem data) ou soterradas sob as tentativas de apagamento (OLP, sem data) em expulsões violentas e massacres, e que permanecem ausentes dos processos museológicos oficiais globais.

Cabe-nos atentar, neste ponto, para os fundamentos estabelecidos para a museologia a partir das décadas de 1960-70, que unem a prática museológica às demandas sociais que definem o museu em seus contextos de apreciação como ciência e instituição de memória: preservação, divulgação e pesquisa.

Segundo Stránský (1980), um dos pioneiros desta composição, a função da museologia é fornecer subsídios para a compreensão da sociedade e que, portanto, a atribuição do valor

---

<sup>7</sup> Segundo Ilan Pappé, em março de 1948, líderes sionistas e oficiais conferiram os últimos ajustes “a um plano de limpeza étnica da Palestina [...] para que se preparassem à expulsão sistemática dos palestinos de vastas regiões do país” (Pappé, 2006, p. 14). As determinações traziam em detalhe os métodos a serem empregados: “intimidação em grande escala; sitiar e bombardear vilarejos e centros populacionais; atear fogo a casas, propriedades e bens; expulsar; demolir; e, finalmente, depositar minas entre os escombros para impedir o retorno de qualquer um dos habitantes expulsos.” (Pappé, 2004, p. 14). Como resultado imediato: mais da metade da população nativa palestina foi desalojada, cerca de 800 mil pessoas, e 531 vilarejos foram destruídos (Pappé, 2006).

<sup>8</sup> Sobre o assunto temos a edição n. 52, de fevereiro de 1983, da Revista Cadernos do Terceiro Mundo, disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/644> e, também, os relatórios da UNESCO sobre as ameaças à preservação da “Cidade Antiga de Jerusalém e seus Muros”, inscrita na Lista do Patrimônio Mundial em Risco, disponível em: <https://whc.unesco.org/en/soc/4293>.

dos objetos musealizados deve estar mais vinculada ao seu contexto social do que ao estatuto da instituição.

O pesquisador em tela enfatizou a necessidade de discriminar o uso das técnicas museológicas e a função civilizatória a que se destinam, afirmando que “nenhum museu pode existir fora dessa constelação de desenvolvimento” (Stránský, 1980, p. 4).

No mesmo passo direcionado à consolidação da museologia como campo científico e sua relação com o desenvolvimento social, temos Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. A advogada, professora e museóloga foi precursora de ideias que aglutinam prática política e prática museológica e de propostas que fazem dos museus, desde a instituição até o funcionamento, “centros de vida e de convívio cultural” (Guarnieri, 2010, p. 55). Suas concepções vão consolidar as “premissas em torno de uma Sociomuseologia” (Guranieri, 2010, p. 26) e as demandas para que os museus se tornem agentes ativos “da educação permanente e humanizadora, libertadora do Homem” (Guarnieri, 1974, p. 56),

Ciência em construção, a Museologia vai se libertando da mera observação e descrição de fenômenos, para considerar o fato museológico, desde a sistematização do objeto exposto dentro de uma semântica que o torna inteligível em si e dentro de um contexto, passando pela relação “Homem-Objeto” e chegando à mais profunda reflexão sobre o relacionamento “Museu-Homem-Sociedade” (Guarnieri, 2010, p. 78).

Waldisa afirma que, sendo o museu instrumento de humanização dos processos de crescimento e desenvolvimento social, “o que o caracteriza é a intenção com que foi criado” (Guarnieri, 2010, p. 125) e que o objetivo da Museologia consiste no estabelecimento da “relação profunda” (Guarnieri, 1981, p. 123) entre sujeito-conhecedor e objeto – o fato museológico – que ocorre no museu e que permite ao sujeito identificar, por meio do objeto, “parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir” (idem).

Ao ser musealizado, o objeto torna-se testemunho ou vestígio da relação entre o ambiente e o ser-humano, num movimento permanente que abrange vários níveis de consciência e pode ser apreendido pelo sujeito-conhecedor por meio dos sentidos.

Será que a Museologia, no sentindo global, vem educando para a formação do sujeito capaz de responder às demandas urgentes das sociedades atuais?

## 5. Para onde a educação/o museu deve conduzir?

O que a mediação entre objeto e público no Museu das Memórias e do Patrimônio Popular de Chatila pode nos revelar? E de que forma pode colaborar para as demandas sociais e éticas da museologia contemporânea?

Sabemos que as sociedades contemporâneas contam com um poderoso suporte educacional de acesso ao conhecimento, formado por diversas organizações de cultura e associações de naturezas variadas, entre elas o museu. Têm ainda os veículos de comunicação e tecnologia, espaços políticos de disputa de sentido, em que predominam a velocidade, a inovação, a interdependência e a mercantilização. Esses atributos repercutem efetivamente na construção de conhecimentos, percepções, éticas e identidades agrupados, por vezes, sob rubricas falsamente unificadoras.

Com o advento das tecnologias digitais de comunicação e seu rápido desenvolvimento, as inter-relações adquirem uma carga semântica nova que afeta estruturas, associações e produzem uma nova ambiência jamais vista até então.

O neurocientista Miguel Nicolelis (2020) alerta para o fato de que a comunicação de massa e a convivência quase contínua com computadores pode afetar o funcionamento do cérebro a ponto de causar a interrupção do desenvolvimento dos atributos extraordinários que nos asseguram a condição humana, tais como a criatividade, a intuição, a inteligência, a empatia e a demanda pelo bem comum.

Em suas palavras, a humanidade enfrentará graves riscos nos próximos anos “em decorrência da nossa interação e da nossa dependência cada vez maiores em relação aos sistemas digitais, estabelecendo uma verdadeira simbiose” (Nicolelis, 2020, p. 24). Segundo o pesquisador, a escolha pela fabricação de desempenhos “mais eficientes e produtivos”, seguindo os padrões inflexíveis da modernidade, podem afetar profundamente o cérebro, sentenciando-nos a uma realidade permanentemente virtual, ou seja, “o caminho mais rápido para nos transformarmos em simples autômatos totalmente controlados por um sistema político ditatorial e uma doutrina econômica divorciada da promoção do bem-estar” (Nicolelis, 2020, p. 24).

Qual é o papel da museologia, no sentido global, para a formação do pensamento consciente, frente aos desafios atuais apresentados pela tecnologia na mediação dos circuitos expositivos dos museus?

Segundo Ana Mae Barbosa, professora e mérita da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), pioneira na arte-educação no Brasil e, também na implementação do uso de tecnologias dentro dos museus,<sup>9</sup> as novas tecnologias já operam mudanças surpreendentes da comunicação à restauração de obras, “possibilitando o armazenamento de grande volume de informação e facilitando a difusão e transporte dessa informação” (Barbosa 2005, p. 110).

No entanto, considerando que a arte tem grande relevância na mediação entre os seres humanos e o mundo que os cerca, e que os museus são o espaço experimental dessa mediação, “falta substância à informação e entendimento da manipulação da informação” (Barbosa 2005, p. 110), além de maior intensidade na experiência de integração entre criador-objeto-público proporcionada pela ferramenta tecnológica.

Para ela, o vertiginoso avanço tecnológico nos tempos atuais, apontado como inovador e extraordinário, vem recebendo grande atenção do ponto de vista operacional, do funcionamento da máquina, “gerando uma relação de consumo em que o indivíduo é dominado pela dinâmica instrumental” (Barbosa, 2005, p. 110).

Ana Mae afirma que a tecnologia vem sendo convertida em fator de autoridade individual, mas pode ocultar estratégias de dominação exógenas, que só podem ser reconhecidas e diferenciadas pela consciência crítica e, desse modo, ressalta que é preciso conceituar seu uso.

“Percepção, memória, mimesis, história, política, identidade, experiência, cognição, [...] participação, representação, desejo, criação, expressão são conceitos transformados pela ação da tecnologia” (Barbosa, 2005, p. 111) que afetam as práticas cotidianas, as formas de elaboração intelectual e “os limites entre a compreensão e a certeza” (Idem).

Barbosa nos mostra que a Arte, “como linguagem aguçadora dos sentidos” (Barbosa, 2009, p. 99) pode oferecer grandes possibilidades para a formação do sujeito consciente, aquele capaz de “desconstruir para reconstruir, selecionar, reelaborar, a partir do conhecido e modificá-lo de acordo com o contexto e a necessidade” (Barbosa, 2009, p. 100).

Seus estudos a respeito da criatividade a partir da arte e sua relação com os pleitos da democratização, considerando os novos contextos contemporâneos, a conjuntura da

---

<sup>9</sup> Em 1992, quando Ana Mae foi diretora do Museu de Arte Contemporânea da USP (1987-1993), as imagens foram informatizadas em monitores coloridos para o acesso à coleção em terminais instalados no próprio museu e no Centro Cultural Maria Antônia.

globalização e da internet, têm por fim problematizar ideias binarizadas, refletir a respeito das formações identitárias e sobre a constituição da ideia de diferença, dos processos históricos de exclusão, entre outros propósitos que combinam criatividade, sensibilidade e funcionalidade social.

Segundo Ana Mae:

A interdisciplinaridade é a condição epistemológica da pós-modernidade, e a interculturalidade é a condição política da democracia. A aliança entre essas duas condições basilares da vida, contemporâneas às tecnologias flexíveis e multiplicadoras, garantirá um humanismo em constante reconstrução para responder às imponderáveis e permanentes mudanças sociais (Barbosa, 2009, p. 111).

Além disso, Ana Mae afirma que o sentido de sensibilização que interessa ao ensino da arte na contemporaneidade, capaz de habilitar o ser humano para a identificação cultural e o aprimoramento do indivíduo, é o estímulo ao desenvolvimento dos sentidos (Barbosa, 2005).

## 6. Considerações finais

Pelo exposto, podemos perceber, de modo preliminar, que as noções de museologia e de patrimônio não são desprendidas de interesses diversos. Por esse motivo, não se trata de revelar verdades incontestáveis ou únicas, mas de evidenciar conhecimentos ressignificados em consensos e desacordos, de produzir novas sensibilidades e de rever antigas formas de segregação colonialista que ocorrem atualmente na Palestina e que se igualam aos vistos em outras partes do mundo, inclusive no Brasil.

Intentamos, por fim, colaborar para trazer à tona metodologias educativas em museus comprometidas com a função político-civilizatória de preservação, comunicação e apreciação científica de patrimônios que, sob a perspectiva universal da justiça e dos direitos humanos, possam fazer emergir consciências identitárias habilitadas para a promoção da integração entre os povos, que resultem em ações efetivas em prol do desenvolvimento social e da qualidade de vida para todas as pessoas.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**.

Petrópolis: Vozes, 2019.

ALI, Mahmoud El. Refugees disconnected from state provided security. Palestinians refugees in camps in Lebanon: a controversial autonomy. **Civil Society on Community Security**. v. 5. Security when the state fails; Community Responses to Armed Violence. The Hague Conference – 30-31 May, 2005. Pax Christi Netherlands. ISBN 9966703349.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BARBOSA, Ana Mae. Dilemas da Arte/Educação como mediação cultural em namoro com as tecnologias contemporâneas. In: BARBOSA, A. M. (org.). **Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In: BARBOSA, ACOUTINHO, R. G.

(org.). **Arte/Educação como mediação cultural e social**. São Paulo: UNESP, 2009.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**. São Paulo: Atual Editora Ltda, 1988.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2022.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2022.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, pp. 329-376, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. Decreto N° 3.551/2000, de 4 de agosto 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216.asp).

Acesso em: 7 mar. 2021.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, 28 Jan-Apr, 2020, p. 1-30. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>. Acesso em: 03 jun. 2025.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbyněk Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 1. Jan-Apr, 2017, p. 403-425. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0114>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.) **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

**Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/654>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade**. Chapecó: Argos, 2015a.

CHAGAS, Mario de Souza. Patrimônio é o caminho das formigas. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 47, p. 175-214, 2015b.

CHAGAS, Mario de Souza; ABREU, Regina. (org.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial**, n. 3, Iphan, jan.-fev. 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural. *In*: RUBIM, Albino (Org.). **Política cultural e gestão democrática no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, pp. 55-80.

CHEIATO, Karime Ahmad Borrascchi e CARVALHO, Paula Carolina de Andrade Carvalho. Imperialismo e colonialismo no Líbano: de província turco-otomana a protetorado francês. MEIHY, Murilo e OSMAN, Samira Adel (org.). **Deus e o Diabo na Terra dos Cedros: o Líbano contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Guerra Israel-Palestina e crise mundial**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2024.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAMÁSIO, António. **O livro da consciência: a construção do cérebro consciente**. Santos L. O., tradutor. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores; 2010.

DARWISH, Mahmoud. **Diário da tristeza comum**. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.

DARWISH, Mahmoud. **Memória para o esquecimento**. Rio de Janeiro: Tabla, 2021a.

DARWISH, Mahmoud. **Onze astros**. Rio de Janeiro: Tabla, 2021b.

DERRIENIC, Jean-Pierre. **Le Moyen-Orient au XX Siecle: Societes Politiques e Relations Internationales**. Paris: Librairie Armand Colin, 1980.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FAIRCLHOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FERREIRA, Fernando Sarti e SECCO, Lincoln. Fascismo em Israel e Fascismo Mundial. In : COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Guerra Israel – Palestina e crise mundial**. São Paulo: Livraria da Física, 2024.

FIORIN, José Luiz. **As Astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, Annelise Nani da; BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. Movimentos dispersivos da criatividade: da novidade ao engajamento. **Anais 29º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – DISPERSÕES 2020**. Goiânia: [s.n.], 2020. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producaoacademica/003016083.pdf> . Acesso em: 6 mai. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 42ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1970. 17ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Teorias antropológicas e objetos materiais. In: GONÇALVES, J. (Org.). **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GREIMAS, Julien Algirdas; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979. GUISAN, Pierre, VARGENS, João Baptista M. [et al.]. **O papel das línguas, das escritas e das literaturas na formação das identidades**. Rio de Janeiro: Desalinho, 2022.

HASSAM, Wail S.. Arabs and the Americas: A Multilingual and Multigenerational Legacy. **Review Literature and Arts of the Americas**. Issue 99, v. 52, n. 2, December 2019.

HJAVARD, Stig. **A Midiatização da Cultura e da Sociedade**. Porto Alegre: Unisinos, 2014.

HOURANI, Albert Habib. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUBERMAN, Bruno. **Colonização neoliberal de Jerusalém**. São Paulo: Educ: PIPEq, 2023.



ICOM, Código de Ética Lusófono, 2009. Disponível em: [https://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo\\_de\\_etica\\_lusofono\\_iii\\_2009.pdf](https://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf). Acesso em: 24 mar. 2024.

ICOM, Código de Ética para Museus, 2006. Disponível em: [https://www.icom.org.br/?page\\_id=30](https://www.icom.org.br/?page_id=30). Acesso em: 24 mar. 2024.

KAPELIOUK, Amnon. **O massacre de Sabra e Chatila**. Belo Horizonte: Vega, 1983.

KATER, Carlos Elias. **Música Viva e H. J. Koellreutter**: movimentos em direção à modernidade. São Paulo: Musa /Atravez, 2001.

KHALIDI, Rashid. **Palestina**: um século de guerra e resistência (1917-2017). São Paulo: Todavia, 2024.

KOERMAN, Gabriela Faerman. **“Nunca mais, pare quem?”**: os trabalhos de memória em um programa educacional sobre o Holocausto. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) PUCRS, Porto Alegre, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed..São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

**Le patrimoine populaire palestinien face aux tentatives sionistes d’ usurpation**. OLP Département de L’ Information et de L’Orientation Nationale: Bayrouth / Liban .

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARIANO, Alessandro [et al.]. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MASALHA, Nur. **Palestina**: quatro mil anos de história. São Paulo: MEMO, 2023.

MASSOULIÉ, François. **Os conflitos do Oriente Médio**: século XX. São Paulo: Ática, 1994.

MEIHY, Murilo e OSMAN, Samira Adel (org.). **Deus e o Diabo na Terra dos Cedros**: o Líbano contemporâneo. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.

MENDONÇA, Elizabete de Castro. Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). **Ensaaios e Práticas em Museologia**. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, 2016, v. 6, pp. 50-64. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15885.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NICOLELIS, **O verdadeiro criador de tudo**: como cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos. São Paulo: Planeta, 2020.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 27, pp. 233-255, jul. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6745/4047>. Acesso em: 7 mar. 2021.

OKOTH, Kevin Ochieng. **África Vermelha**: resgatando a política negra revolucionária. São Paulo: Boitempo, 2025.

OSTROWER, Faiga. **Universos da Arte**. São Paulo: Unicamp, 2018.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2006.

PAPPÉ, Ilan. **Dez mitos sobre Israel**. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

PERICÁS, Luiz Bernardo, COGGIOLA, Osvaldo. Expansionismo e guerra no Oriente Médio. **Guerra Israel – Palestina e crise mundial**. São Paulo: Livraria da Física, 2024.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro**: uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

QUEROL, Lorena Sancho. PARTeCIPAR: ensaio formal sobre o conceito, as práticas e os desafios de participação cultural em museus. **Etnicex: Revista de estudos etnográficos**, n. 8, pp. 83-100, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/481893>. Acesso em: 12 jan. 2024.

REIS, Maria Amelia de Souza, PINHEIRO, Maria do Rosário. “Para uma pedagogia do museu: algumas reflexões” **Museologia e Patrimônio** - v. II no 1 - jan/jun de 2009, pp. 36-46. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 6 mai. 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SAID, Edward W. **A Questão Palestina**. São Paulo: UNESP, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAIF, Atef Abu, ATARI, Abd al-Salam, OLIVEIRA, Rafael Domingos (org.). **Diários de Gaza: a memória é uma casa indestrutível**. Rio de Janeiro: Tabla, 2024.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu como processo. **Cadernos de diretrizes Museológicas 2**: mediação em museu: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Zbyslav. Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?”. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**

Unirio, MAST pp. 101-105, 1980, Tradução: T. Scheiner (2008). Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/10> . Acesso em: 24 mar. 2024.

TAMASO, Izabela. A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios.. **Sociedade e Cultura**, UFG, v. 8, n.2, pp. 13-36, 2005. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/TAMASO\\_Izabela\\_A-expansao-do-patrimonio.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/TAMASO_Izabela_A-expansao-do-patrimonio.pdf) . Acesso em: 26 jan. 2024.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português**. Editora Maranus: Porto, 1945.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273> . Acesso em: 26 jan. 2024.

VARGENS, João Baptista M. **Léxico português de origem árabe**: subsídios para os estudos de filologia. Rio Bonito: Almadena, 2007.

VARGENS, João Baptista M.. Árabes cristãos e negros muçulmanos: culturas em contato no Brasil. **Escritos dispersos**. Rio Bonito: Almadena, 2022.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional / organização Maria Cristina Oliveira Bruno; colaboração Maria Inês Lopes Coutinho, Marcelo Mattos Araujo. – São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

---

<sup>i</sup> Resumo do currículo: *Doutoranda em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS / UNIRIO-MAST (2023), Mestra em Patrimônio, Cultura e Sociedade PPGPACS / UFRJ (2022). Especialista em Acessibilidade Cultural pela Faculdade de Medicina / UFRJ (2019). Licenciada em Educação Artística, Habilitação em Música / UNIRIO (2001). Cantora profissional. É Sócia-fundadora e Diretora da Almadena Editora, onde atuou em parcerias com ONU-ACNUR, Fundação Biblioteca Nacional, FAPERJ, UFRJ, Instituto Camões, Sonangol, Museu da República-RJ. Foi Conselheira Suplente de Política Cultural do Estado do Rio de Janeiro (Relevância Cultural), no Biênio 2016 / 2018. E-mail: [renata.mansour@hotmail.com](mailto:renata.mansour@hotmail.com) .Brief resume: She is a PhD candidate in Museology and Heritage in the Graduate Program in Museology and Heritage (PPG-PMUS) at UNIRIO-MAST (2023). She holds a Master's degree in Heritage, Culture, and Society from the Graduate Program in Heritage, Culture, and Society (PPGPACS) at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRJ) (2022). She is a specialist in Cultural Accessibility from the Faculty of Medicine at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) (2019). She earned a Teaching degree in Art Education, with a specialization in Music, from UNIRIO (2001). She is a professional singer. She is a co-founder and Director of Almadena Publishing House, where she has worked in partnerships with UN-UNHCR, the National Library Foundation, FAPERJ, UFRJ, the Camões Institute, Sonangol, and the Museum of the Republic (Rio de Janeiro). She served as an Alternate Councilor for Cultural Policy of the State of Rio de Janeiro (Cultural Relevance) during the 2016-2018 biennium.*

<sup>ii</sup> Resumo do currículo: Professora associada 1 e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio-PPG-PMUS/MAST-UNIRIO - Educação, Museologia e Patrimônio - Educação Intercultural (aposentada PROPAP, sem remuneração). 1 Líder do GP Práticas Educativas (formais e não-formais), Formação e Desenvolvimento Social. Possui graduação em História Natural pela UEG, Universidade do Estado da Guanabara - atual UERJ (1969), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1992) e doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2002). Pós-Doutorado e estágio por intercâmbio internacional UNIRIO-Universidade de Coimbra/PT em Ciências da Educação, com financiamento da FCT/MCTes-PT (2006-2010). E-mail: [amelia.souza.reis@gmail.com](mailto:amelia.souza.reis@gmail.com).

---

**Brief resume:** She is an Associate Professor I and a researcher in the Graduate Program in Museology and Heritage (PPG-PMUS/MAST-UNIRIO), working in the areas of Education, Museology, and Heritage, with a focus on Intercultural Education (retired under PROPAP, without remuneration). She is the leader of the Research Group on Educational Practices (formal and non-formal), Training, and Social Development. She holds a Bachelor's degree in Natural History from the University of the State of Guanabara (UEG), now the State University of Rio de Janeiro (UERJ) (1969); a Master's degree in Education from the Federal Fluminense University (1992); and a PhD in Education from the Federal Fluminense University (2002). She completed a postdoctoral fellowship and an international exchange internship in Education Sciences through a UNIRIO–University of Coimbra (Portugal) partnership, funded by FCT/MCTes-PT (2006–2010).